

INTERSECCIONALIDADES: CATEGORIAS ARTICULADAS ÀS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORAS EM CONTEXTO DE PANDEMIA DE COVID-19

INTERSECTIONALITIES: CATEGORIES ARTICULATED TO THE EXPERIENCES OF WORKERS IN THE CONTEXT OF COVID-19 PANDEMIC.

Hayanne Roseline Oliveira Barbosa¹

UFRN

Irene Alves Paiva²

UFRN

Resumo

Neste estudo buscamos entender a realidade ainda pouco conhecida de trabalhadoras em deslocamentos pendulares em período de pandemia de COVID-19. Situação indelével que modificou a realidade cotidiana de homens e mulheres em todo o mundo. Assim sendo, através do estudo qualitativo nos propomos a discutir os impactos e desafios de trabalhadoras do ramo têxtil que vivenciam experiências de deslocamentos pendulares diante da paralisação da produção do ramo têxtil. Assim, buscamos refletir, a respeito das suas experiências de trabalhadoras e chefes de família, confrontando à sobreposição de identidades sociais de classe, gênero, raça/etnia dando ênfase, a interposição de sistemas de opressão, ou seja, a categoria interseccional. Nessa perspectiva, nos propomos ao duplo desafio de analisar o cotidiano dessas mulheres trabalhadoras pré-pandemia e durante o período de quarentena. Para tanto, esse artigo recorre à teoria filosófica da interseccionalidade somada a experiências concretas de mulheres trabalhadoras. Os dados de campo expostos ao longo do texto são fruto de narrativas históricas de mulheres da comunidade de Capela (Ceará-Mirim/RN) que trabalham nas fábricas do Grupo Riachuelo em Extremoz/RN. No contexto de pandemia de Covid-19 as trabalhadoras tiveram sua rotina alterada, neste cenário mundial as desigualdades

¹ Email: hayanne_angel@hotmail.com

² Email: haybarbosa92@gmail.com

sociais intensificaram e a insegurança com relação ao contrato de trabalho se intensificou diante da crise sanitária e econômica.

Palavras-chave: Deslocamentos Pendulares. Interseccionalidade. Trabalho. Experiência.

ABSTRACT

In this study we seek to understand the still little-known reality of workers in commuting in a covid-19 pandemic period. Indelible situation that has changed the everyday reality of men and women around the world. Therefore, through the qualitative study we propose to discuss the impacts and challenges of textile workers who experience commuting in the face of the stoppage of textile production. Thus, we seek to reflect, regarding their experiences of workers and heads of families, comforting the overlap of social identities of class, gender, race/ethnicity, emphasizing, the interposition of systems of oppression, that is, the intersectional category. From this perspective, we propose the double challenge of analyzing the daily life of these women workers pre-pandemic and during the quarantine period. Therefore, this article uses the philosophical theory of intersectionality added to concrete experiences of working women. The field data exposed throughout the text are the result of historical narratives of women from the community of Capela (Ceará-Mirim/RN) who work in the Riachuelo group factories in Extremoz/RN. In the context of the Covid-19 pandemic, workers had their routine changed, in this world scenario social inequalities intensified and insecurity regarding the employment contract intensified in the face of the sanitary and economic crisis.

Keywords: Pendular displacement. Intersectionality. Work. Experience.

Introdução

A covid-19, causada pelo Novo Coronavírus ou SARS-COV-2 surge em meados de dezembro de 2019, na província Chinesa de Wuhan. O vírus é transmitido

através de contato humano, rapidamente o novo Coronavírus se espalha por todo o mundo e ganha o status de pandemia. Com altos índices de contágios e letalidade, este momento desperta discussões nos múltiplos campos da ciência, ou seja, tanto nas ciências naturais como sociais em todo o mundo.

Este estudo nasce de um projeto mais amplo, que diz respeito aos deslocamentos e trajetória de trabalhadoras que cotidianamente deslocam-se da comunidade rural de Capela (Ceará-Mirim/RN) para trabalhar na Região Metropolitana de Natal/RN. Em meio ao cenário mundial de pandemia essa investigação buscou entender os desafios destas mulheres em deslocamentos a partir desse contexto de crise sanitária. Para tanto, esse artigo recorre à teoria filosófica da interseccionalidade somada às experiências concretas de mulheres trabalhadoras.

Autoras como Angela Davis (2016), Djamila Ribeiro (2018) e Carla Akotirene (2018) usam a categoria teórica da *interseccionalidade* para pensar a sobreposição de identidades e sistema de opressão, na busca de compreender as lutas da mulher negra por direitos na sociedade. Na concepção dessas autoras as lutas das mulheres negras diferem das brancas, levando em consideração principalmente que os debates da segunda onda feminista excluem a discussão racial da agenda política, assim desconsiderava a diversidade existente dentro da categoria gênero.

Desse modo, o feminismo branco ocidental ditará as regras das lutas feministas, excluindo as mulheres negras da sua agenda, na defesa. No entanto corroborando com autoras citadas anteriormente reconhecemos que seja no cotidiano ou em contexto de pandemia, as demandas das mulheres negras e brancas por vezes entram em ponto de convergência e divergência. Assim sendo demandas entre mulheres brancas ou entre negras, as formas de opressão vão se diferenciar a depender da classe social, orientação sexual, etc.

A interseccionalidade ao longo desse estudo será acionada como ferramenta teórica e metodológica para perceber a interação de diferentes formas de dominação e desigualdade social na vida das mulheres. Relações desiguais de poder sob o horizonte de igualdade entre gênero, classe e raça. Com isso, ao longo desse artigo temos o desafio de argumentar sobre esses três marcadores sociais sem dar primazia a um em detrimento do outro, ou seja, empregar a interseccionalidade como instrumento teórico-metodológico de crítica sistemática.

Por tanto, nesse artigo nos propomos a dar visibilidade aos impactos ocasionados a partir das relações sociais de gênero, classe e raça no mundo do trabalho frente ao contexto de pandemia em contexto de deslocamentos pendulares. Compreendemos que os marcadores sociais não podem ser analisados separadamente, pois os sistemas de opressão e exploração encontram-se entrelaçados e articulados na produção e reprodução das desigualdades sociais no contexto vigente.

Para tanto recorreremos à análise qualitativa fundamentada em entrevistas, conversas, observações e visitas realizadas anteriormente e posterior ao surgimento da pandemia do novo Coronavírus com trabalhadoras das fábricas da Riachuelo Confecções, no período de pandemia o contato com as mulheres deu-se por meio de redes sociais. Sob esse horizonte, nosso ponto de partida para discussão é o debate feminista a respeito da interseccionalidade enquanto instrumento teórico-metodológico, e no segundo momento descrevemos as experiências de mulheres trabalhadoras em tempo de pandemia de COVID-19.

A interseccionalidade enquanto perspectiva teórica-metodologia intersecção de múltiplos marcadores sociais

A interseccionalidade é acionada como ferramenta teórica e metodológica ao longo do texto na pretensão de entender a transversalidade no que refere a interação de diferentes formas de dominação e desigualdade social na vida dos grupos minoritários. Esta categoria de análise nos ajudar a perceber o cruzamento de identidades sociais como gênero, classe e raça dentro de pesquisa empírica. As identidades se cruzam e refletem em relações desiguais de poderes; relações experienciadas e vividas individualmente, mas também partilhadas através das experiências centradas em gênero, classe e raça como descreve Brah (2006) no texto “Diferença, diversidade e diferenciação”. As relações de poder são percebidas tanto no âmbito público como privado, sendo assim uma questão social produzida e reproduzida em diversas dimensões sociais.

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriacado - produtores de avenidas identitária onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas

pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classes modernos aparatos coloniais (AKOTIRENE, 2018, p.14).

De tal modo, a categoria tem a pretensão de analisar o cruzamento de múltiplas relações de poder imbricadas em estruturas sociais que reverberam na vida cotidiana dos sujeitos.

O termo interseccionalidade tem sua origem no contexto do movimento afro-americano, mas especificamente dentro do movimento *Black Feminism*, por intermédio da jurista Kimberlé W. Crenshaw ao designar a interdependência de relações de poder no que tange a questões de gênero, raça e sexo. Embora o surgimento do termo esteja alinhado ao feminismo negro que reivindica o reconhecimento da pluralidade, a categoria interseccionalidade constitui enquanto ferramenta crítica ao feminismo branco hegemônico e sua forma de excluir e ignorar as diferenças intergrupais. Portanto nesta perspectiva a interseccionalidade se apresenta enquanto categoria analítica e alternativa ao essencialismo ou universalismo que a categoria gênero foi tratada ao longo do tempo, assim sendo o termo considera o que é comum e heterogêneo no que refere as questões de gênero, classe e raça, considerando assim as diferentes condições sociais dos sujeitos.

Assim sendo, a partir dessa perspectiva podemos considerar que a interseccionalidade enquanto pressuposto teórico-metodológico propõe-se a dar visibilidade a experiências de indivíduos através do “sistema de opressão interligado”, composto pela junção do capitalismo, racismo e sexismo. Neste sentido para Brah (2006) é equívoco trata a desigualdade gênero descontextualizada das desigualdades sociais vivenciadas em níveis nacionais e internacionais, assim sendo o contexto sociocultural é elemento chave para compreender as questões de gênero, pois a universalização dessas questões é um equívoco, uma vez que as relações de poder atua tanto nas dimensões micro como macro.

No Brasil, quando se tenta entender a realidade de trabalhadoras em condições de deslocamentos pendulares é indispensável pontuar as questões referentes às dimensões de gênero, classe e raça que pressupõe em questionar as raízes históricas e socioculturais a respeito da supremacia cisheteronormativa.

O termo gênero, já usado anteriormente é hoje designado para analisar as relações entre homens e mulheres, surge para substituir a palavra mulher nos estudos feministas, sendo esta utilizada na tentativa de dar maior visibilidade ao movimento, bem como sua luta por cidadania e igualdade entre homens e mulheres (Scott, 1985; Piscitelli, 2002). Este conceito rapidamente se dissemina pelo mundo e passa a ser considerado um avanço se levarmos em conta a categoria mulher.

Os estudos sobre a condição da mulher antecedem a categoria gênero. Na ocasião, a pergunta principal era: tendo-se em vista que a subordinação da mulher não é justa, tão pouco natural, como se chegou a ela e como está se mantendo?

Para Piscitelli (2002), diante deste questionamento a corrente feminista ligada à teoria socialista com base no livro de Engels “A origem da família, propriedade e o Estado” afirma que desigualdade e opressão entre sexos são resultadas da divisão social do trabalho atrelado ao sistema patriarcal. Nesta perspectiva as feministas dão ênfase na dupla opressão a de gênero e classe, diante destes pressupostos podemos afirmar que a forma que a mulher burguesa viverá a condição do trabalho difere da mulher trabalhadora. Nesta perspectiva dá-se ênfase as relações de gênero e classe, porém marcadores como raça, sexualidade, etnia são excluídas do debate sobre a inter-relação de estruturas de dominação.

A categoria gênero enquanto categoria útil de análise passa a ser uma alternativa ao estudo sobre mulher. Dessa maneira, o termo gênero mantém a discussão, porém não se limita a essa, tendo em vista que as definições de mulher e homem são construídas nas relações sociais entre masculino e feminino (Scott, 1985), não se pode dividi-las, falar de mulher é falar de homem, portanto, qualquer informação sobre mulher está relacionada a homem.

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através de atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que *pode* operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que *pode* atuar o homem (SAFFIOTI, 1987, p. 8).

Todavia essa construção social relativa aos campos que homens e mulheres podem atuar não é estanque, ou seja, são mutáveis se considerado o tempo e o espaço, bem como classe e raça. Portanto de acordo com Saffioti (1987) há

distinções entre ser mulher em numa sociedade católica se comparada a ser mulher numa sociedade muçulmana.

Assim sendo, desde pequenas, as crianças convivem com as relações extremamente desiguais de gênero. É comum a mãe sendo a responsável pelo cuidado e educação dos filhos, ou seja, ser responsável por ensinar como meninas e meninos devem se portar na sociedade. Em contrapartida o pai deve ser responsável pelo provimento do lar. Portanto neste padrão sociocultural às mulheres cabe o espaço privado da reprodução e aos homens o espaço público, da produção e manutenção.

A filósofa Hannah Arendt (2010) no livro “A condição humana” afirma que a supremacia masculina em relação à feminina tem registros desde a Grécia antiga, especialmente em Atenas onde a mulher era destinada o espaço privado (*oikia*), enquanto o espaço do homem era o público (*pólis*).

O fato de que a manutenção individual devesse ser a tarefa do homem e a sobrevivência da espécie a mulher era tido como óbvio, e ambas as funções naturais, o trabalho do homem para fornecer o sustento e o trabalho da mulher no parto, era sujeita à mesma permanência da vida (ARANDT, p. 36).

A separação de tarefas a partir do sexo constitui em um modelo tradicional, nesse modelo cabe unicamente à mulher as tarefas domésticas e ao homem a de prover o sustento da família. Questões referentes à divisão sexual do trabalho são construções sociais ancoradas em padrões biológicos como aponta Saffioti (1987). Portanto a divisão sexual do trabalho varia em diferentes contextos, assim sendo o gênero não pode ser visto de forma homogênea e independente, assim “estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque opressão de cada uma está inscrita dentro de outra - é constituída pela outra e é constitutiva dela.” (BRAH, p.351, 2006).

Para a Brah (2006) a experiência é peça chave do movimento feminista, pois dar voz as mulheres e são força sociais e psíquicas que constituem a “fêmea” em “mulher”. Construções coletivas do papel das mulheres nas relações sociais desde trabalho doméstico, cuidados com as crianças, trabalho mal remunerado, violência doméstica, exclusão das mulheres das discussões no campo da política deixaram de ser problemas privados e tornara-se públicos sobre o slogan “o pessoal é político”.

O gênero é uma das primeiras formas de se definir as relações de poder na sociedade. Esta categoria não se limita a uma simples descrição do binarismo universal masculino versus feminino, mas utilizada como categoria de análise para explicar e entender as relações entre mulheres e homens e vice-versa. Na sociedade a divisão das tarefas e atividades é realizada a partir desse sistema.

Os papéis de homens e mulheres podem sofrer modificações ao longo do tempo e espaço. E diríamos balizadas pela perspectiva de interseccionalidade de Daves (2016) que a raça e a classe também influenciam nos papéis e lugares a serem ocupados pelos sujeitos sociais.

Na análise cunhada pela perspectiva do sistema sexo/gênero os espaços de mulheres e homens são definidos a partir do sexo biológico. Porém, como afirmamos anteriormente a interseccionalidade apresenta como possibilidade de pensar essa mulher para além das desigualdades estruturadas pelo sexo.

A categoria da interseccionalidade constitui como já referido ao longo do texto enquanto ferramenta política na pretensão de dar visibilidade a diversidade e diferenças existentes dentro do próprio movimento feminista de dominância branca. Essa pauta dentro do movimento feminista é resultado da percepção de que mulheres brancas e negras têm demandas homogêneas as desigualdades de gênero. Essa categoria teórica questiona as desigualdades e adotar o compromisso de entender as opressões existentes no contexto de gênero, classe e raça.

Dos principais questionamentos pontuados Davis (2016) é a respeito das diferenças no mundo do trabalho no que refere as desigualdades raciais, ou seja, brancas e negras ocupam espaços e recebem salários distintos. Assim na luta pela igualdade de gênero mulheres enquanto mulheres brancas lutam pelos mesmos direitos que homens brancos, as mulheres negras lutam para ter os mesmos direitos das brancas. No entanto a definição universalizada do papel da mulher na sociedade ou mesmo a busca por inserção destas mulheres é um debate que exclui as mulheres negras, pois diferente das brancas sempre as negras trabalharam e foram escravizadas. Ou seja, desprovidas de gênero e de humanidade, pois eram vistas como unidade lucrativa e deviam trabalhar em tempo integral de igual para igual com os pretos. Deste modo, as mulheres pretas eram esporadicamente dona de casa e mãe. Enquanto as mulheres brancas nos termos Rubin (2018) eram domesticadas para atender a demanda de padrões patriarcais.

A respeito dessa diferenciação Hirata (2014, p. 63) evidência com base em dados do PNAD do ano de 1989 e 1999 “que considerando sexo e raça, os homens brancos possuem os salários mais altos; em seguida, os homens negros e as mulheres brancas; e, por último, as mulheres negras têm salários significativamente inferiores”. Essa desigualdade estrutural ainda permanece viva no cenário brasileiro, evidenciando assim a junção de sistemas de opressão.

A invisibilidade das mulheres pretas e pardas em análise de gênero colabora para a manutenção das desigualdades na África, na América do Sul, na Europa, Estados Unidos, Caribe e no contexto brasileiro, onde o cenário local aponta que as desigualdades são estruturais e históricas, fruto de projetos de expropriação e exploração. Considerar esse padrão ao longo das análises é entender a diferenças dentro de pautas semelhantes. Dessa maneira, se hierarquizamos os salários baseados em padrões hegemônicos no mundo do trabalho teríamos a seguinte definição referente a salários e posições: homens brancos - homens negros, mulheres brancas - mulheres negras. Diante desse contexto no mundo do trabalho é notável interpelação de gênero, classe e raça no que tange a salários e ocupações em cargos de chefia.

Dados da pesquisa “Desigualdade Sociais por Cor ou Raça” (IBGE, 2018) apontam que mulheres pretas e pardas ocupam 29,9% dos cargos gerenciais. No tocante às questões salariais essas recebem 44,4% a menos se comparado aos salários de homens brancos, aqueles que estão no topo da escala de remuneração, ou seja, estas mulheres ganham menos da metade dos salários dos brancos, seguido por brancas, pretos, pardos, pretos, pardas e pretas.

Esta realidade independe do nível de escolaridade das mulheres. A soma de identidades como gênero, raça e classe são fatores que determinam desigualdades sociais e refletem diretamente no mercado de trabalho, resultando assim nas disparidades e dificuldades de pretos e pardos inserir-se ou ocupar cargos de chefias. Quanto mais retinta a cor da pele maior será as dificuldades no mundo do trabalho.

As classes sociais para análise sociológica determinam a estrutura organizacional da sociedade, ou seja, a estratificação social de grupos sociais a partir de interesses e afinidades comuns. A interpretação clássica das relações sociais na sociedade capitalista fundamentada na perspectiva filosófica de Karl

Marx (2010) consiste em considerar a definição de classes sociais a partir de duas classes antagônicas: a burguesia e o proletariado.

Para esse clássico, a estratificação social é definida a partir das relações de trabalho. Assim sendo a burguesia é detentora dos meios de produção (capital), sendo seu principal objetivo a obtenção mais lucros. Em contrapartida a esse grupo temos o proletariado, a massa de trabalhadores livres que despossuído de bens materiais transforma a sua força de trabalho em mercadoria, com valor de uso e valor de troca, vendendo essa ao capitalista com objetivo de satisfazer as necessidades materiais e espirituais. Portanto a economia para esse autor é o fator responsável pela estratificação de grupos sociais.

No entanto esse conceito antagônico em contextos contemporâneos é incapaz de dar conta da complexidade e heterogeneidade das relações sociais. Por isso, com base em Saffioti (1987) damos visibilidade a três classes fundamentais, sendo essas a classe dominante/burguesia, a classe média ou intermediária e, por fim, a classe subalterna/proletariado. A burguesia no Brasil é composta pela burguesia industrial, agrária e financeira. Esse grupo detém o poderio econômico e político, embora não homogêneo os sujeitos pertencentes a esse grupo habitualmente unem-se em prol de interesses comuns. A classe média é aquela que está entre a burguesia e o proletariado os interesses deste grupo oscila tal qual o movimento do pêndulo. De acordo com Saffioti a classes médias

Trata-se de setores populacionais integrados por trabalhadores não diretamente ligados à produção material. São profissionais liberais, executivos, trabalhadores de escritórios, do comércio, da área de comunicação etc. Trata-se de trabalhadores incapazes de, diretamente, gerar lucros para os patrões. Com seu trabalho, estes setores médios da população contribuem para que o trabalhador diretamente engajado na produção material se torne crescentemente mais produtivo, aumentando, assim, os lucros dos patrões (SAFFIOTI, 1987, p.57).

A classe média constitui-se de profissionais liberais que não trabalham na produção de material. Porém, trabalham para a manutenção do *status quo*, pois diante de privilégios de classe acreditam veementemente que são parte da burguesia. A classe subalterna como exposto anteriormente é parcela significativa dos trabalhadores que vendem sua força de trabalho aos burgueses para satisfazer

as necessidades básicas.

Mesmo o sistema capitalista sendo ulterior ao patriarcado e ao sistema escravocrata, o modo de produção capitalista funde-se aos demais, em simbiose nos termos de Saffioti (1987).

Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração [...]. Só mesmo para tentar tornar mais fácil a compreensão deste fenômeno, podem-se separar estes três sistemas. Na realidade concreta eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 1987, p.60).

Nessa perspectiva de análise consideramos que a inter-relação de sistemas de dominação-exploração não consiste meramente em sobreposições de identidades sociais, pois o cruzamento dos marcadores sociais como gênero, classe e raça refletem no cotidiano dos sujeitos sociais, principalmente quando se trata das desigualdades sociais, pois nossas vidas são cruzamentos de experiências.

Em contexto de pandemia de Covid-19 a articulação de gênero, classe e raça evidenciam o drama das desigualdades sociais no contexto brasileiro. Drama histórico de uma das maiores economias do mundo, em contrapartida um país que conjectura altos índices de vulnerabilidades sociais principalmente no que tange ao acesso a bens e serviços básicos da população brasileira.

É, portanto com base na articulação interseccional que analisamos a realidade concreta de trabalhadoras do grupo Riachuelo em contexto de pandemia de Covid-19. Realidade alterada com a declaração de férias coletivas como medida de distanciamento social com objetivo de combate a transmissão do vírus entre os funcionários da empresa.

A pandemia de Covid-19 refletida no contexto de mulheres em deslocamentos pendulares

Há aproximadamente dois anos realizamos pesquisas etnográficas com trabalhadoras em contexto de deslocamentos pendulares. São mulheres que diariamente deslocam-se entre o campo e a cidade motivadas por questões trabalhistas.

O fenômeno dos deslocamentos pendulares é definido por Moura; Branco e Firkowski (2005) como fluxos e deslocamentos cotidianos motivados por trabalho, consumo, educação, saúde dentre outros, uma vez que, o sujeito não reside no local onde desenvolve atividades como trabalho ou estudo, necessitando assim se deslocar diariamente.

O movimento de idas e vindas faz parte da realidade de nossas interlocutoras que diariamente saem da comunidade rural de Capela (Ceará-Mirim/RN) para trabalhar nas fábricas de confecções e Centro de Distribuição do grupo Riachuelo (CD Riachuelo) localizado na cidade de Extremoz/RN, são aproximadamente 37 km de distância.

A comunidade de Capela é classificada enquanto espaço rural, localizada no município de Ceará-Mirim/RN que faz parte da região metropolitana de Natal/RN. Contudo a comunidade de Capela não se configura enquanto espaço de economia agrícola. Há vários anos os moradores da comunidade não vivem da produção agrícola, sendo os deslocamentos pendulares ou sazonais as alternativas encontradas para se inserir no mercado de trabalho. Assim sendo, o distrito de Capela pode ser classificado nos termos de Da Silva (1997) como novo rural, ou seja, a compreensão do rural na atualidade ultrapassa a concepção cristalizada de uma comunidade vinculada a relações sociais e econômicas sobre traços de meio agrícola.

Tal é desvinculação de traços agrícolas que as mulheres que participaram da pesquisa nunca se envolveram em atividades ligadas ao setor agrícola. O primeiro emprego de algumas mulheres desse grupo foi de empregada doméstica, babá ou mesmo o emprego que atualmente desenvolvem dentro do grupo Riachuelo.

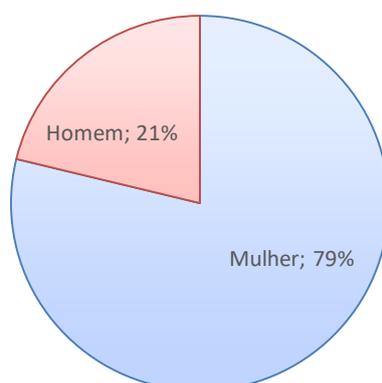
A partir da categoria interseccional podemos observar que as experiências e trajetória de vida das mulheres configura uma realidade social de extrema desigualdade. A intersecção de gênero, classe e raça e no caso da pesquisa, a questão territorial expressam relações de poder desiguais. Para uma jovem que mora em uma comunidade rural as oportunidades de conquistar altos cargos são limitadas, tendo em vista que a conclusão do ensino médio e inserção no mercado de trabalho formal apresentam-se como espaço máximo a ser ocupado.

No grupo Riachuelo existem turnos de trabalho diferentes, compostos por trabalhadores das fábricas de confecções e do CD Riachuelo. Assim, dividimos as equipes com base nos horários de trabalho e saída da comunidade.

A primeira equipe de trabalhadores do CD Riachuelo sai da comunidade de Capela às 4h40min da manhã retornado às 15h30min; a segunda às 12h40min da tarde e retorna às 23h30min, trabalham seis dias e folgam uma vez por semana. Já os operários das fábricas de confecções deixam a comunidade às 4h45min e retornam às 17h30min e, por fim, aqueles que saem 6h30min da manhã e retorna às 18h30min, esse grupo trabalha de segunda à sexta, porém sempre que demandados pelos patrões realizam hora extra aos sábados.

Conforme o levantamento realizado em 2018, constatamos que aproximadamente 37 pessoas da comunidade Capela trabalham no grupo Riachuelo e vivem em trânsitos e deslocamento. O grupo é composto por homens e mulheres, no entanto, conforme mostra o Gráfico 01 as mulheres correspondem a maioria.

Gráfico 01: Distribuição de trabalhadores por gênero



Fonte: Elaboração própria (2018)

A predominância de mulheres neste grupo dá-se principalmente por se tratar do ramo de confecção de vestuário, ramo hegemonicamente composto por mulheres, pois na divisão sexual do trabalho costura é coisa de mulher Saffioti (1987). No âmbito da comunidade a predominância é percebida se comparamos os

estudos realizados por Barbosa (2015), na ocasião a pesquisadora percebeu a predominância de homens em deslocamentos pendulares para trabalhar em ramos da construção civil ou áreas de serviços comerciais.

O trabalho exercido por mulheres no Grupo Riachuelo não se configura como tarefas homogêneas. Ou seja, são vastas as profissões executadas por essas no chão das fábricas elas estão presente nos setores de limpeza, de produção e supervisão. Profissões que majoritariamente são executadas pelas trabalhadoras dessa localidade, pois não necessitam de níveis altos de escolaridades. A exceção a essa regra é para as que ocupam função de encarregadas, responsáveis pelo controle da produção dos grupos, cargos esses que necessitam de nível superior. Na comunidade existe apenas uma encarregada, com quem não conseguimos conversar ou mesmo realizar entrevista, pois elas não podem repassar informações sobre salário ou as políticas adotadas pela empresa. As mulheres que tivemos a oportunidade de entrevista ao longo da pesquisa foram costureiras, auxiliar de produção e estoquista, profissionais que estão vinculadas a tarefas técnicas de execução da produção. Outro profissional que destoa do padrão é o design gráfico, esse do gênero masculino, tem nível superior e ao longo da pandemia manteve suas atividades em home office.

As interlocutoras que participaram das entrevistas são costureiras e trabalham na produção de peças que intitulam de “modinha”. Este modo de produção caracteriza-se pela confecção de vestuário masculina e feminina de acordo com a demanda de mercado.

As trabalhadoras assalariadas vendem sua força de trabalho, ou seja, vendem tempo de vida em troca de um salário mínimo para suprir as necessidades básicas de sobrevivência e reprodução. Elas, assim como parcela significativa das trabalhadoras brasileiras, dedicam parte do seu cotidiano entre o trabalho assalariado e o trabalho doméstico.

Diariamente, as trabalhadoras e trabalhadores vivem o movimento do pêndulo, entre idas e vindas, no caso seus dias são entre o campo e a cidade. Quando tivemos a oportunidade de participar do movimento pendular percebemos questões estruturais como, o fato dos ônibus serem mais confortáveis que os transportes públicos, não ser superlotado, o que permite que todos e todos funcionários da empresa estejam bem acomodados e sentados. O trajeto no ônibus

para algumas é momento de descanso e para outras oportunidades de troca conversa com as amigas.

As mulheres entrevistadas em sua maioria são chefes de família, pois são elas as provedoras do lar, os seus salários são a principal fonte de renda de suas famílias. Com faixa etária que varia de 25 à 50 anos, com renda de um salário mínimo e para costureiras são adicionado o prêmio produção. A execução desse protagonismo profissional não as exclui dos padrões culturalmente designados para mulher. Assim mesmo sendo mulheres trabalhadoras, as obrigações de cuidados da casa e filhos não são excluídas da vida cotidiana elas realizam antes ou depois do trabalho remunerado.

Como optamos por um debate a partir da perspectiva epistemológica da interseccionalidade, é preciso esclarecer aos leitores dentro desse grupo não existe homogeneização. Em uma de nossas visitas pudemos conhecer a trajetória de uma trabalhadora que se intitula enquanto parda, ela trabalha a aproximadamente 12 (doze) anos na empresa mora só com a filha e nunca casou, a filha dela advém de uma adoção realizada. Esse contexto diferenciado dentro do grupo demonstram a importância de compreender a importância da discussão das experiências como forma de perceber a diversidade dentro de contexto perpassado por gênero, classe e raça.

Ao longo da pesquisa tivemos dificuldades com relação ao debate de raça, tendo em vista que por trata-se de entrevista semiestruturadas ao serem questionadas sobre raça as mulheres respondiam que eram morenas ou pardas, independente se o tom de pele era mais claro ou escuro. A identidade racial neste contexto é perpassada por construções culturais, a exemplo da definida por Brah (2006), assim a definição de parda soa melhor que negra, ainda que a cor seja mais retinta.

Mas como já pontuamos a vida cotidiana dessas trabalhadoras é entre a comunidade e a fábrica, local onde passam praticamente o dia. Diante de tanto tempo na execução de trabalho nas fabricas da Riachuelo, cerca de 8 a 10 horas diárias, as mulheres convivendo mais tempo com as companheiras de trabalho do que efetivamente com os familiares, assim sendo era comum ouvir expressões como é “minha segunda família”, “tenho muitos amigos”. Nas conversas com as interlocutoras, elas relataram que os momentos de lazer ou diversão em família são

realizados nos dias de folgas sábados e domingos, esses momentos ocorrem na própria comunidade ou em Natal/RN, neste caso os momentos são partilhados com as amigas de trabalho.

O cotidiano de trabalho dessas trabalhadoras também foi observado via redes sociais em plataformas como Instagram e Facebook, através de postagens que as mesmas realizavam sobre a rotina diária. Sendo postagens que vão desde a saída de casa até ao trabalho no chão da fábrica e fazem parte da rotina diária das mulheres que tem orgulho de trabalhar na Riachuelo.

Diante desse cenário mundial a rotina foi drasticamente alterada com a chegada do Coronavírus no estado do Rio Grande do Norte, com esse acontecimento em 25 março de 2020 a empresa decretou férias coletivas para 96% dos funcionários. Neste mesmo período diante da necessidade de adoção da política de distanciamento e isolamento a saída adotada pelo grupo Riachuelo foi decretar a paralisação das atividades tanto em fabricas, centro de distribuição e lojas físicas, não sendo esse último objeto de nossa pesquisa. Assim sendo, os aproximadamente 7.100 funcionários e funcionárias das empresas localizadas na cidade de Extremoz/RN, tiveram férias coletivas por tempo indeterminados. Na verdade, durarão três meses e o retorno às atividades presenciais foi acompanhado de processo de reestruturação com demissões em massa.

No dia de paralização estávamos realizando levantamentos etnográficos com as trabalhadoras. Deste modo, podemos presenciar o retorno do grupo das 18h30min. As expressões das mulheres eram de bastante preocupação, ao conversarmos com uma das interlocutoras, a mesma relatou os boatos de suspeita de Covid-19 entre os funcionários do alto escalão do grupo Riachuelo.

De acordos dados repassados a respeito deste dia de trabalho, nossas interlocutoras relatavam que era como um telefone sem fio, informações sobre encarregadas e estilistas com caso de Covid-19 eram transmitidas de uma unidade de produção para outra. Informações de que a estilista tinha contraído a doença em recente viagem para Itália, na ocasião epicentro da pandemia, somando a suspeita de caso de Covid-19, também a encarregada da fábrica 5 que teria sido infectada no carnaval carioca e por isso estava afastada por 15 (quinze) dias, diante do risco de contato massivo a decretação de férias coletiva foi a melhor alternativa para evitar tal situação.

No dia seguinte caminhando na comunidade nos horários e locais que as trabalhadoras costumavam esperar o ônibus para realizar o trajeto de ida ao trabalho encontramos as paradas de ônibus vazias. A partir de então as mulheres acostumadas com a rotina agitada dos deslocamentos e trabalho na fábrica tiveram que se adaptar ao isolamento, convivência familiar e trabalho doméstico.

Ao entramos em contato com as trabalhadoras (via redes sociais) e questioná-las como estava sendo o período de afastamento da empresa. As respostas das mulheres seguiram padrões que envolvem sentimentos de medo e saudade. Sentimentos que são resultado de projeções futuras como a possibilidade de crise econômica, insegurança na permanência na empresa, demissões em massa, saudade da rotina cotidiana, bem como das relações de amizade criadas dentro da empresa.

O afastamento do emprego modificou a rotina destas trabalhadoras que teve seu tempo de trabalho remunerado reduzido ao trabalho doméstico, tarefas que mesmo não sendo remuneradas demanda bastante tempo das mulheres. Na rotina cotidiana as mulheres ao deixar suas casas para trabalhar deixam seus filhos sob cuidados de familiares, no caso das mulheres cujo marido não trabalha de forma remunerada, os cuidados com as crianças são delegados a eles no período em que estão no trabalho.

Nesse contexto de pandemia questões como a distribuições das tarefas domésticas é ponto fundamental na busca de compreender as desigualdades referentes ao gênero. Quando questionadas a respeito dessa situação as mulheres que têm filhos e maridos afirmaram que elas são as principais responsáveis por executar os afazeres domésticos.

Quando realizamos esse questionamento estamos tentando entender em que medida as interlocutoras em suas vivências estão reproduzindo o sistema sexo-gênero de domesticação do macho sobre a fêmea. Ao realizarmos esse questionamento, as mulheres casadas afirmaram que estão dividindo os afazeres domésticos com os companheiros.

Se considerarmos a interposição de gênero, classe e raça ao contexto de pandemia percebemos que a vivência do isolamento social ou quarentena é distinta a partir desses marcadores sociais. Assim dentro deste contexto as trabalhadoras em contrato de trabalho CLT, como é o caso, tiveram privilégios como permanecer

em casa e continuar recebendo salário, condição não se apresentou da mesma forma para trabalhadoras em regime informal ou mesmo terceirizadas. A Riachuelo continuou a vender e produzir, as vendas passaram a ser online e a produção via terceirização, principalmente pelo Pró-sertão.³

Assim sendo, as relações familiares na situação de isolamento social está longe de ser igualitária em uma sociedade tão desigual como a capitalista. Com base em observações e conversas percebemos que são famílias extensas e as casas tem pequenos cômodos que ficar isolado nesta realidade é quase impossível.

Nesta perspectiva podemos afirmar que a forma que a trabalhadora assalariada vivencia a experiência de isolamento social não é equivalente à experiência de suas patroas. O contexto é distinto e desigual, enquanto a burguesia está preocupada com a queda nos lucros, os trabalhadores perdem noites pensando na sobrevivência, os negros são aqueles que sofrem com a necropolítica⁴ de políticas governamentais.

Neste sentido, é inegável o cruzamento de múltiplas identidades sociais que resulta em processo de dominação e desigualdade sociais históricas. Disparidades de gênero, classe e raça intensificam-se diante do cenário mundial de pandemia de Covid-19, pois esse momento evidencia interesses distintos de classes antagônicas.

A burguesia industrial e varejista desde a adoção de política de isolamento social como medida de contenção da propagação do vírus tem-se mostrado preocupada com os fechamentos de comércios e indústrias, pois de acordo com este grupo a adoção de medidas neste âmbito pode ocasionar numa grave crise econômica.

E, é neste conjunto de reivindicações por parte do empresariado que as contradições de interesses de classes se evidenciam, pois no contexto de pandemia

³ De acordo com informações contidas no portal do IFRN (2017), o Programa Pro Sertão foi criado em 2017, através da parceria entre Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Federação das indústrias do Rio grande do Norte e SEBRAE/RN. O objetivo do programa visa a interiorização da indústria Têxtil, o que resultaria na geração de emprego e renda a cidades com baixo desenvolvimento econômico, assim o programa apoia a implementação de empresas de confecção. Esse programa está sendo implementado no Seridó Oriental, assim ocorre o surgimento de várias micro empresas de confecção responsáveis por atende à demanda de grandes fabricantes de confecções, a exemplo práticos temos o Grupo Riachuelo que fornece material para as pequenas facções. Portanto, é um programa que consiste em ampliar a terceirização da mão de obra em regiões de baixo desenvolvimento econômico e social.

⁴ MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Melusina, 2020.

os principais grupos empresariais brasileiros estão preocupados com a queda da taxa de lucros.

Em contrapartida as trabalhadoras demonstram dois principais receios, o primeiro é evidenciado na insegurança de permanência no emprego e o segundo, referente aos perigos de contágio que o retorno ao trabalho traz, seguido da incerteza de atendimento na rede pública de saúde.

Com a crise sanitária a conciliação de interesses de classes tornou-se desafio mundial frente à pandemia de Covid-19, pois a retomada das atividades pode significar o aumento das taxas de contágio. No contexto analisado, como retomar a produção em fábricas do porte da Riachuelo de contato constante, troca de materiais e espaços compartilhados sem colocar em riscos a vida de trabalhadores e seus familiares?

Foram três meses de férias, os salários dos trabalhadores foram custeados 30% pelos empregadores e 70% pelo governo federal, através Programa Emergencial de Manutenção e da Renda do Ministério da economia. De acordo com informações das trabalhadoras elas continuaram recebendo as cestas básicas entregues pela empresa, por pelo menos dois meses. A parcela de responsabilidade da empresa foi paga com a data correta, porém a do governo houve atraso e isso gerou insegurança, diante desse fato algumas chefes de família, recorreram à solidariedade da família extensa na busca por auxílio financeiro ou alimentar.

Porém, no contexto de pandemia apenas análise de classe balizada a uma visão econômica não é suficiente para dar conta da dinâmica social das experiências ocasionada pelo novo Coronavírus. Ao contrário, essa perspectiva unilateral resulta em equívocos por desconsiderar a diversidade humana em sua totalidade. A interseccionalidade tem a pretensão de superar esses equívocos ao articular interação de sistemas de opressões a partir de marcadores de gênero, classe e raça.

As mulheres que frequentemente publicavam em redes sociais a sua rotina de trabalho diário, passaram partilhar o processo de higienização dos produtos comprados em supermercado, as lembranças dos amigos e momentos partilhados dentro fabricas com legendas de saudades. Dentre esses fatores apontados e observações concluímos que a pandemia alterou a rotina das trabalhadoras do grupo Riachuelo e mesmo o retorno, depois de três meses nada voltou ao normal de

antes, muitos trabalhadores e trabalhadoras foram demitidos e os funcionários com doenças crônicas permaneceram afastados mesmo depois do retorno.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi abordar a partir da epistemologia interseccionalidade as experiências de trabalhadoras e alterações da vida cotidiana no contexto de Covid-19.

Para responder questão recorreremos à perspectiva filosófica da interseccionalidade para discutir as experiências concretas de mulheres que participam da dinâmica de deslocamentos pendulares entre a comunidade rural de Capela (Ceará-Mirim/RN) e o trabalho nas fábricas do grupo Riachuelo (Extremoz/RN).

A literatura sobre a temática da interseccionalidade descreve as experiências de sobreposições de identidades sociais de gênero, classe e raça. Essa perspectiva teórica ao relacionar os marcadores sociais, demonstram o modo como o racismo e o gênero estão intrinsecamente relacionados à opressão e exploração de classe da sociedade capitalista. Racismo em nossa percepção aparecem de forma velada nas experiências das informantes, ao acionar a identidade de morena ou parda, nas ocupações de profissões ligadas a execução braçal e nas dificuldades ocupar cargos de chefia.

A investigação a partir dessa categoria da interseccionalidade buscou dar visibilidade às desigualdades sociais aparentemente mais perceptíveis no contexto de pandemia. Ainda sobre essa perspectiva trouxemos experiências concretas de trabalhadoras e suas vivências pré e durante o período de quarentena.

As mulheres que trabalham no Grupo Riachuelo saíam de casa diariamente com destino a fábrica. Com a pandemia tiveram os deslocamentos e o trabalho paralisado, pois os empresários decretaram férias antecipada para grande parcela dos trabalhadores e trabalhadoras. Assim, as mulheres tiveram seu cotidiano alterado, reduzindo suas ações as atividades e cuidados domésticos.

Os resultados preliminares da pesquisa demonstram a ampliação da experiência de trânsitos e deslocamentos entre o campo e a cidade motivados por relações de trabalho. Esse fenômeno desconstrói e reconstrói novas formas de

viver as relações do sistema sexo/gênero no âmbito local. Ou seja, o contato dentro da fábrica com a diversidade cultural ou mesmo a inserção das mulheres no âmbito do trabalho altera padrões construídos historicamente sobre o papel da mulher e homem nos espaços públicos e privados.

Considerando as categorias de interseccionalidade e relações de trabalho, a pandemia vem descrevendo o caráter predatório e desumano do sistema capitalista. No contexto de pandemia de Covid-19 as trabalhadoras tiveram sua rotina alterada e no cenário mundial as desigualdades sociais intensificaram e a insegurança com relação ao contrato de trabalho aumentou diante da crise sanitária e econômica. Esse momento histórico é fértil para vastas discussões futuras.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Letramento: justificando, Belo Horizonte (MG), 2018.
- BARBOSA, Hayanne R. O. “**Aqui Não Tem Nada**”: Movimento Pendular Do Campo À Cidade Na Expropriação De Trabalhadores De Comunidade De Capela (CearáMirim/RN). 2015. Disponível no departamento de serviço social da UFRN.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos pagu**, n. 26, p. 329-376, 2006.
- DA SILVA, José Graziano. **O novo rural brasileiro**. *Nova economia*, 1997.
- DAVES, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo, Boitempo, 2016.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.
- IFRN. Saiba mais sobre o programa PRO SERTÃO e as facções seridoenses de costura. Disponível: <<https://portal.ifrn.edu.br/campus/caico/noticias/saiba-mais-sobre-o-programa-pro-sertao-e-as-faccoes-seridoenses-de-costura>> 2017. Acesso em: 25 de agosto de 2020.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosófico**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulações e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e cultura** [online] 2008, 11 (julho-dezembro): [consulta: 31 de março de 2019] Disponível em:

<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70311249015>> ISSN 1415-8566.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres notas sobre a economia do sexo. In: __.

Política do sexo. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo. UBU EDITORIA, 2017; p. 9-61.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. Editora Moderna, 1987.

SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidades**. Porto Alegre, v 20, n. 2, 1995 pp.71-99.